

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão II***DECISÃO DE RECURSO PE 90.005/2024 – KTD – CPII**

Processo Licitatório nº 25.651/2023, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90005/2024, **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE OFTALMOLOGIA (aplicação de injeção intravítrea e tomografia de coerência óptica (OCT), pelo período de 1 (um) ano.**

Em cumprimento ao disposto nos termos do, artigo 165º, inciso I, parágrafo §2º da Lei 14.133 de 1 de abril de 2021 o Pregoeiro desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, instituído pela Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, procedeu ao julgamento do Recurso interposto pela empresa **KTD SERVICOS MEDICOS LTDA**, doravante denominada Recorrente, em 17 de janeiro de 2024, portanto, tempestivo, contra a decisão que classificou a empresa vencedora para o único item, **IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS**, denominada Recorrida, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 90005/2024, informando o que se segue:

I. RESUMO DO RECURSO

A Recorrente, também tempestivamente, apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br recurso pedindo a reconsideração da decisão conforme as considerações apresentadas abaixo:

A recorrente sucintamente alega que, (i) após ter sido julgada e habilitada, após o prazo regular de intenção de recurso o pregoeiro admitiu, sem previsão editalícia, o envio de apontamentos e objeções aos atos praticados na licitação através de e-mail (ii) que após decisão da comissão de licitação, a sessão foi reaberta tendo a recorrente sido

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão II*

declarada inabilitada pelo pregoeiro sem qualquer recurso ter sido apresentado (iii) que após a fase regular de intenção de recurso da segunda sessão o pregoeiro não se disponibilizou a receber por e-mails “qualquer apontamento ou recurso”, (iv) que a empresa recorrida teria apresentado, durante a fase de disputa, lance inexecutável para o item 01, tendo o mesmo sido excluído pelo pregoeiro, após o “prazo comum” reabrindo a disputa para nova apresentação de lances, não sendo possível a oferta de lances pela recorrente, apenas pela recorrida, (v) que os apontamentos encaminhados por e-mail pela recorrida não foram disponibilizados, para vistas a empresa recorrente, tendo os mesmos sido disponibilizados no site da prefeitura somente após o término do prazo para manifestação de recurso, (vi) que a recorrente teve que manifestar intenção de recurso sem conhecer os apontamentos que levaram a sua inabilitação, (vii) supõe que a comissão de Licitação já esperava algum apontamento por e-mail, (viii) alega que a verificação de atendimento a exigência de comprovação de capital ou patrimônio líquido mínimo de 10%, deveria ser feita por item, tendo em vista o critério de julgamento ser por menor preço unitário, (ix) que deveria ter sido oportunizado a empresa a escolher “qual item de contratação abriria mão para não ultrapassar o limite dos 10% estipulado em Edital”, (x) que a empresa não ultrapassa o limite estipulado de 10% do capital social ou patrimônio líquido, para os itens vencidos (xi) que o cadastro junto ao CNES subiu para o sistema online em 27/02/2024 e que a entrada no sistema se deu dentro da competência do mês de fevereiro/2024, tendo sido realizada até o 5º dia útil do mês de referência tendo aparecido no sistema em 29/02/2024, (xii) que o endereço fiscal constante no Contrato Social é dispensado de Alvará Sanitário, enquanto o endereço cadastrado junto ao CNES é onde há a realização de consultas, e que o item 5.7 do TR exige “tão somente o cadastro compatível com o objeto licitado”, (xiii) que houve “falha grotesca por parte do Pregoeiro”, ao não desclassificar lance manifestadamente inexecutável da recorrida, para o item 01, durante o “tempo comum” da fase de lances, tendo reaberto a disputa, (xiv) que a recorrida apresentou Certidão de Falência e Concordata vencida em 06/03/2023, aceita pelo pregoeiro, (xv) apresentou Declaração de Capacidade Técnica incompatível com o

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão II*

edital, visto que foi emitida antes da conclusão do contrato, aceito pelo pregoeiro, (xvi) não apresentou Alvará Sanitário, (xvii) não apresentou declaração de dispensa de vistoria.

III. DAS CONTRARRAZÕES - IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS

A Recorrida, também tempestivamente, apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br, suas contrarrazões rebatendo as alegações do recurso apresentado pela empresa **KTD SERVICOS MEDICOS LTDA.**, conforme as considerações apresentadas abaixo:

A recorrida sucintamente alega que, (i) enviou a Administração Municipal, “durante o prazo recursal”, informações, quanto a ausência, por parte da recorrente, de “uma série de requisitos essenciais para a participação no certame”, esses “a título de impugnação”, (ii) que o lance no valor de R\$ 155,00, tratou-se de mero erro de digitação, tendo providenciado a exclusão, dentro do prazo estabelecido pelo edital, e que esta deveria ser “aprovada” pelo Pregoeiro, (iii) que a ferramenta de digitação das razões recursais estaria indisponível, imaginado que por este motivo e de provável instabilidade do sistema, o pregoeiro teria admitido o envio das “impugnações ao resultado por e-mail”, (iv) que a recorrente não cumpre com os requisitos de habilitação, e que a Administração não precisava do impulso da recorrida para tomar essa decisão diademe do princípio da autotutela.

IV. DA ANÁLISE

Conforme instrução dos autos do processo de recurso nº 6466/2024, após feitas as considerações por esta comissão de pregão, os autos foram encaminhados para manifestação da Procuradoria Geral Municipal, e após da Secretaria Municipal de Saúde, onde ficou decidido, pela revogação do processo licitatório do Pregão Eletrônico nº 90.005/2024, com aproveitamento apenas da fase interna do processo para posterior realização de novo certame.

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R ASECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão II*

VI. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 165, §2º da Lei 14.133/2021, tendo em vista a decisão pela revogação do presente certame, pela autoridade superior da pasta requisitante, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **KTD SERVICOS MEDICOS LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.005/2024, e no mérito, **DOU PROVIMENTO**, pela revogação do certame licitatório, com aproveitamento da fase interina do processo.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 21 de maio de 2024.

JONATHAN P. CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matrícula: 206.870